

Ministério da Ciência e Tecnologia - MCT

COMITÊ GESTOR DO PROGRAMA DE ESTIMULO A INTERAÇÃO UNIVERSIDADE-EMPRESA PARA O APOIO A INOVAÇÃO - FUNDO VERDE-AMARELO

Ata da 6ª Reunião

Data: 16 de setembro de 2002

Local: SEBRAE Nacional - SETN Qd. 515 Bloco D Lt. 3 - Brasília - DF

1. Presentes:

Membros do Comitê Gestor e suplentes:

1. Carlos Américo Pacheco (Presidente) - Ministério da Ciência e Tecnologia
2. Antônio Barros de Castro (Membro do Comitê) - Representante da Comunidade Científica (UFRJ)
1. Jorge de Paula Costa Ávila (Membro do Comitê) - Representante da Finep
2. Mário Bernardini (Membro do Comitê) - Representante do Setor Produtivo (FIESP)
3. Jose F. Mascarenhas (Membro do Comitê) - Representante do Setor Produtivo (CNI)
4. Wilson Suzigan (Membro do Comitê) - Representante da Comunidade Científica - (UNICAMP)
5. Guilherme Brandão - Substituto do Representante do CNPq
6. Marco Antônio dos Reis Guarita - Substituto do Representante do Setor Empresarial
7. Paulo César Rezende de Carvalho Alvim - Substituto do Representante do SEBRAE
8. Luiz Alberto Miraglia - Substituto do Representante do MDIC

Convidados e apoio:

1. Teresa Lenice Mota - MCT
2. José Seixas Lourenço - MCT
3. José F. Leal - MCT
4. Mary Brito Silveira - MCT/ASCAP
5. Reinaldo Fernandes Danna - MCT
6. Reinaldo Dias Ferraz de Souza - MCT
7. Milena Souto Maior de Medeiros - MDIC/SDP
8. Carla Maria Naves Ferreira - MDIC/SDP
9. Flávio Coutinho de Carvalho - CNPq
10. Toshiaki Sasaki - CNPq
11. José Manoel Baltar - FINEP
12. Luiz Martins Melo - FINEP
13. Carolina H. de Mello - FINEP
14. Carlos Alberto M. Couto - FINEP
15. Renato da Fonseca - CNI
16. Antônio Márcio Buainain - CGEE
17. Roberto Vermulm - CGEE
18. Flávia Maia Jesini - CGEE
19. Anderson Santana - Rep. Deputado
20. Henrique Eduardo
21. Rafael L. Andrade (CGEE)

Reunião:

A reunião foi aberta pelo Presidente do Comitê Gestor do Fundo Verde-Amarelo, Sr. Carlos Américo Pacheco, que agradeceu a presença de todos, e esclareceu que em sua apresentação sobre os incentivos seria dado destaque ao orçamento do Fundo Verde-Amarelo - 2003, particularmente no que se refere a subvenção, equalização e incentivo a capital de risco. O Sr. Pacheco sugeriu aos Membros que a discussão sobre o orçamento 2003 fosse incluída como item V da pauta.

Com a palavra, o Sr. Bernardini sugeriu uma inversão da pauta, tendo em vista a relevância da informação sobre o orçamento, proposta acatada por todos os membros. O Sr. Pacheco sugeriu que o Comitê aprovasse a ata da reunião anterior, e em seguida, como segundo item da pauta, fosse discutido

o orçamento 2002/2003 do MCT e por consequência do FVA. A proposta foi aprovada e a pauta da reunião ficou assim definida: 1) Aprovação da Ata da V reunião; 2) Orçamento 2002/2003 do MCT FVA 3) Apresentação dos documentos reformulados: Empreendedorismo, Parque e APL's (Sr. Paulo Alvim); Mobilização e Informação para Inovação Sr. Mário Bernardini); Apoio Direto a Inovação (Sr. Jorge Ávila); Arranjos Produtivos Locais (Sr. Wilson Suzigan); 4) Apresentação e Discussão dos "Novos Instrumentos de Apoio a Inovação " (Sr. Carlos Américo Pacheco); 5) Apresentação do resultado da Pesquisa CNI/FINEP: "A Indústria e a Questão Tecnológica". (Sr. Renato da Fonseca - CNI); 6) Outros assuntos de interesse do Comitê. Em seguida, a ata da V Reunião do Comitê Gestor foi aprovada após pequenas correções referentes a duplicidade do nome do Sr. Alvim na relação dos presentes, e o nome da Instituição Universitária a qual pertence o convidado Sr. Fernando Oliveira.

Passando para o próximo ponto da pauta - o Orçamento 2002/2003 do MCT FVA - o Sr. Pacheco iniciou fazendo referências a um conjunto de notícias veiculadas pela imprensa, a respeito da questão Orçamentaria do MCT. Destacou que parte dessas notícias estão relacionadas sobretudo a ausência de recursos para projetos de fomento a atividade científica, por parte do CNPq. o Sr. Pacheco informou que a publicação dessas matérias vem gerando um enorme desgaste da relação entre o MCT e a opinião pública, mais especificamente junto a Comunidade Científica. Ressaltou a matéria publicada pelo jornal "o Valor", que fez referências à proposta orçamentária de 2003, e a criação de uma reserva de contingência referente aos fundos setoriais. O Sr. Pacheco informou sobre a presença de jornalistas da TV Cultura de São Paulo e consultou o Comitê sobre a possibilidade de autorizar a presença da imprensa durante os trabalhos, no que obteve a aprovação de todos, ficando, portanto, franqueada a entrada após o término da discussão do item II da pauta.

Dando continuidade, o Sr. Pacheco informou que em resposta as matérias publicadas pela mídia, o MCT havia divulgado nota que apresenta três questões fundamentais, a saber: item 1 - um balanço sintético das áreas tomadas nos últimos anos para tentar recuperar o orçamento federal para a área de C&T, dentre elas a criação dos quatorze fundos setoriais, reestruturação interna da área de crédito da FINEP, criação de um conjunto de instrumentos de incentivo a P&D do setor privado, e alguns itens relacionados ao fortalecimento de institutos federais de pesquisas. o Sr. Pacheco chamou a atenção dos presentes para a tabela de execução orçamentaria do Ministério, que expressa a realidade do orçamento federal no período de 1999 a 2002, a qual revela a execução do que foi empenhado e incluído nos anos em questão.

O item 2 faz referências às ações dos Institutos e Organizações Sociais responsáveis por importantes projetos especiais e atividades de pesquisa. O item 3 diz respeito ao orçamento de pessoal do MCT, as dívidas e contratos internos acionais do passado. O Sr. Pacheco externou seu ponto de vista de que a nota apresentava um balanço positivo sobre a evolução dos recursos para CT&I no período recente e, mais importante, mostrava um cenário extremamente favorável a partir de 2003. A possibilidade cortar os recursos do Fundo havia sido eliminada, e a previsão para 2003, mesmo excluída a reserva de contingenciamento, e bastante promissora. Ainda, segundo o Sr. Pacheco, estes fatos não justificavam e nem explicavam a situação de excepcionalidade vivida nos meses anteriores, e que o Ministério, e o próprio Ministro haviam sido bastante firmes na defesa dos recursos para o setor. Em seguida, o Sr. Pacheco fez um detalhamento dos valores do orçamento do MCT para o período de 1999 a 2002, representado pelos seguintes valores (em Reais): 1.400.000.00 (Um bilhão e quatrocentos milhões) em 1999; 1.650.000.00 (Um bilhão e seiscentos e cinquenta milhões) em 2000; em 2001 foram executados 2.080.000.00 (dois bilhões e oitenta milhões, e o limite para 2002, incluindo a última liberação de limites anunciada em xxlxxlxx, e de 1.000.000 (Um bilhão, novecentos e sessenta); para 2003 o orçamento é de 2.685.000.00 (dois bilhões, seiscentos e oitenta e cinco milhões). Esclareceu que, pela LDO - Lei de Diretrizes Orçamentárias, o orçamento de 2003 não poderá ser contingenciado, tendo sido retirada do mesmo a reserva de contingência. O Sr. Pacheco esclareceu ainda que a intenção foi mostrar que, em que pese os problemas, houve, no período recente, uma forte recuperação do orçamento federal para a área de Ciência & Tecnologia, especialmente no item fomento, cujos valores cresceram e apresentam tendências de crescimento.

Não havendo nenhuma outra observação, o Sr. Pacheco passou para o próximo ponto da pauta - apresentações pelos relatores dos documentos de propostas de ações a serem financiadas pelo FVA. o Sr. Pacheco solicitou ao Sr. Alvim que iniciasse a apresentação sobre "Empreendedorismo, Parque e APLs", informando aos presentes que a partir daquele momento estaria liberada a entrada da imprensa para o acompanhamento dos trabalhos, conforme decisão tomada previamente pelos Membros. O Sr. Alvim deu início a sua apresentação esclarecendo que a ação de 'Apoio Integrado ao Empreendedorismo' tem como foco capacitar empreendedores e contribuir para a criação e consolidação de negócios de base tecnológica novos ou de empresas existentes, assim como estimular a transformação de idéias em negócios. Enfatizou que a atuação deve incorporar e estimular o inventor e não somente o componente empreendedor. o Sr. Alvim ressaltou a existência de um conjunto de ações de outras instituições que já

atuam na linha do empreendedorismo, sobretudo no que se refere ao movimento de incubadoras, e ao esforço de apoio ao capital de risco. No quadro atual, o Sr. Alvim destacou como pontos mais relevantes, a: necessidade de alavancagem da baixa taxa de criação de novos empreendimentos de base tecnológica no que a lei de Inovação deve contribuir novos mecanismos de financiamento e capitalização de empreendimentos nascentes - que permitam melhorar a eficácia, atualmente limitada, dos mecanismos de suporte aos empreendimentos nascentes; insuficiência de instrumentos adequados para a expansão e consolidação das empresas emergentes; reduzido grau de desenvolvimento da cultura de capital de risco, apesar da experiência de quase uma década nesse sentido, e um reduzido nível de investimento do setor privado em capital de risco. Os instrumentos que estão se definindo para o apoio do empreendedorismo são: estudos de viabilidade técnica e econômica; planos de negócios PDTI; apoio as atividades de pesquisa e desenvolvimento, sobretudo em engenharia; uso dos instrumentos de projetos cooperativos; capacitação de recursos humanos dos empreendimentos; suporte empresarial, técnico e mercadológico nas fases de criação e consolidação de empreendimentos; e a concessão de subvenção e financiamento ao desenvolvimento tecnológico com taxas de juros reduzida (equalização da taxa de juros). No que se refere a disseminação do empreendedorismo, centrado principalmente no apoio a programas de cursos de formação de empreendedores e de multiplicadores, existe uma ação que vem sendo conduzida com apoio do FVA, que se destina a promover encontros, palestras e seminários como instrumentos para alavancar o empreendedorismo, estimular a elaboração de estudos e pesquisas nessa temática e, por último, capacitar empreendedores para micro e pequenas empresas com foco, principalmente nas regiões que requerem tratamento especial e diferenciado - Norte, Nordeste e Centro Oeste - no âmbito do FVA. Uma outra linha fundamental a o apoio inicial a inovação, com cobertura bem ampla que vai desde os inventores até as empresas emergentes. Nesse sentido o Sr. Alvim lembrou o programa de apoio aos inventores - PROIDEIA - cujo objetivo é apoiar a realização de estudos de viabilidade técnica e econômica de inventores. Uma terceira ação consiste no apoio ao sistema de incubação de empresas no âmbito do Programa Nacional de Incubadoras (PNI), implementado pelas agências do MCT, FINEP, CNPq em parceria com a CNI, SEBRAE e outras instituições. No caso específico das incubadoras, o Sr. Alvim explicitou que a idéia é de que o recurso do FVA se some aos recursos dos outros atores que já atuam nesta área.

Finalizada a apresentação do Sr. Alvim, o Sr. Jorge Ávila sugeriu que o documento incluísse alguns indicadores de impacto para a avaliação das ações. Mencionou a taxa de crescimento das empresas e a participação de investidores privados nos fundos e na capitalização de empresas nascentes como possíveis indicadores dos resultados da ação. Comentando sobre a situação das incubadoras, o Sr. Mascarenhas chamou a atenção para a dificuldade de se concatenar a capacidade criativa e inventiva do iniciante com a sua capacidade de gestão, sendo esse um ponto central para o sucesso do empreendedor. Assim, o Sr. Mascarenhas recomendou especial atenção para com o treinamento do inventor em técnica de gestão no âmbito do Programa Nacional de Incubadoras. Com a palavra, o Sr. Bernardini reforçou o argumento do Sr. Mascarenhas. Salientou, que no caso das incubadoras, não basta criá-las, mas que é fundamental desenvolver a capacidade de gestão, como também a fundamental um ambiente econômico favorável que permita a sobrevivência dessas empresas e a integração de ações em várias frentes. Em sua opinião, somente a vertente tecnológica não é suficiente para assegurar competitividade e sustentabilidade das novas empresas. Para a criação de um ambiente favorável a pequena e micro empresa, principalmente a micro empresa, a fundamental um tratamento diferenciado do ponto de vista fiscal e tributário. o Sr. Castro chamou a atenção dos presentes para a importância do levantamento de dados estatísticos e dos mecanismos pelos quais as empresas nascem e morrem. Enfatizou que esses são dados relevantes para quem se preocupa em interpretar e acompanhar o fenômeno do empreendedorismo no Brasil. Destacou que não é necessária a criação de novos instrumentos estatísticos ou base de dados, e sim aproveitar informações já existentes que não estão sendo devidamente utilizadas. Lembrou a riqueza das informações geradas pelo IBGE e outras fontes, e sugeriu que o FVA programasse e estimulasse estudos que contribuíssem para conhecer a dimensão e melhor entender o fenômeno do empreendedorismo no Brasil. Segundo o Sr. Castro não é possível continuar tratando o empreendedorismo nos limites dos programas de estímulo as incubadoras de empresas. Trata-se de um fenômeno muito amplo e complexo, no qual estão envolvidos milhões de empreendedores e de empresas. Com a palavra, o Sr. Guilherme apoiou a necessidade de reforçar a capacidade de gestão das incubadoras, e sugeriu que o Comitê estude melhor esta questão para compreender que elementos precisam ser enfatizados ou aprimorados nas próprias incubadoras para que elas se tornem unidades de negócios; neste sentido, sugeriu a possibilidade de um breve estudo sobre casos bem sucedidos e sobre casos de fracasso, os quais poderiam aportar elementos úteis para a formulação da política pública. o Sr. Alvim reconheceu que o problema de gestão é crítico e fez referências ao ponto destacado pelo Dr. Bernardini com relação ao ambiente favorável, ressaltando que o SEBRAE tem procurado contribuir na criação do ambiente favorável para o empreendedor; no que se refere a capacitação, destacou o grande esforço que vem sendo feito para capacitar o empreendedor de

pequeno porte. Lembrou que as próprias incubadoras criam um ambiente mais favorável para o surgimento de novos negócios, e que o desafio é também sobreviver o processo de incubação. Com a palavra, o Sr. Ávila relembrou que a preocupação do FVA está mais ligada às empresas nas quais a 17ª variável tecnológica tem relevância. Nesse sentido, o Sr. Ávila reforçou ser necessário um esforço maior em prol das microempresas. Encerrando a discussão, o Sr. Pacheco fez referência à observação feita pelo Sr. Ávila e recomendou a inclusão, no documento, de um item prevendo avaliação do desempenho. Em seguida o documento foi aprovado como um documento de diretriz do FVA.

Passando para o próximo item da pauta o Sr. Pacheco convidou o Sr. Bernardini para fazer a apresentação do documento "Mobilização e Informação para Inovação". O Sr. Bernardini esclareceu que o foco de sua apresentação não seria especificamente o documento em pauta, o qual já havia sido discutido pelos grupos técnicos de apoio à Secretaria Técnica do Fundo, e revisado de acordo com os resultados destas discussões. Ainda assim, o Sr. Bernardini informou que dedicaria o final da exposição para tecer alguns comentários acerca do mesmo. Considerava oportuno trazer ao Comitê alguns resultados do estudo de competitividade realizado pela FIESP. O Sr. Bernardini fez um breve resumo sobre o caráter estratégico do referido estudo, salientando que se trata de resultado de três anos de pesquisas, e que apresenta dados valiosos para melhor entendimento da situação atual da indústria brasileira. Esclareceu que a apresentação focaria a questão da produtividade da indústria e dos fatores que afetam a produtividade. Informou que a indústria de transformação brasileira durante os primeiros anos da década 90 apresentou significativo crescimento de produtividade; a partir de 92 atingiu um percentual acima de 6%, tendo alcançado nos anos subsequentes médias de 8%, 6% e 7%. Atualmente esta estabilizado em torno de 2,4 e 2,5% por ano. Enfatizou que esta evolução deve-se à abertura da economia brasileira ao ambiente internacional mais competitivo, entre outros fatores. O Sr. Bernardini analisou a evolução da produtividade industrial, destacando que no período compreendido entre 1991 a 2001 a indústria transferiu para o preço seus ganhos de produtividade, concluindo que nem as empresas nem os trabalhadores aumentaram seus lucros e salários. Atendendo à produtividade da mão-de-obra, destacou que em São Paulo o valor agregado por pessoal ocupado situava-se em US\$ 38.00 (trinta e oito mil dólares) enquanto que nos Estados Unidos é de US\$ 100.00 (cem mil dólares). Ou seja a produtividade de um operário americano é três vezes maior que a média de São Paulo e quatro vezes maior que a média do Brasil. Dando prosseguimento, fez uma análise relativa ao tamanho da empresa, considerado como fator que afeta a produtividade. A participação das grandes empresas na criação de valor agregado no Brasil e em São Paulo é elevada enquanto nos Estados Unidos há uma maior participação das empresas médias e pequenas. Informou que no Brasil e em São Paulo as grandes empresas agregam 60% do valor agregado total, as médias e as pequenas 34%, e as micros apenas 7%. Em São Paulo a concentração é um pouco menor, mas ainda assim, muito mais elevada que nos Estados Unidos, onde as grandes empresas respondem por 46%, as médias e pequenas por 49%, e as micros por 6%. Destacou que os setores que concentram em sua maioria grandes e médias empresas tiveram um aumento de produtividade, dentre os quais o de equipamento, transporte, metalurgia, material elétrico, automóveis, informática, máquinas, equipamentos químicos e papel. Por outro lado, o setor que apresentou baixo crescimento de produtividade coincide com maior concentração de empresas de pequeno porte, a saber: madeiras, móveis, confecção, minerais ou metálicos, gráficos, dentre outros. Esclareceu que existe um setor intermediário que não apresentou um grande crescimento de competitividade, cujo perfil é misto, sendo eles: têxtil, couro, plástico, borracha entre outros. Diante da situação das micros, pequenas e médias empresas, destacou que em um certo momento será necessário pensar não apenas em criar e promover incubadoras, mas principalmente em ajudar as empresas já existentes a crescerem. E, para isso a inovação é um ambiente favorável e fundamental. Analisando os investimentos, esclareceu que, em comparação a outros países, a posição do Brasil, está, infelizmente, abaixo da sua possibilidade. Sustentou que o País poderia ter tido um crescimento maior apesar da baixa formação bruta de capital. Concluiu que a poupança e o investimento são condições *sine qua non* para se obter ganhos de produtividade para ter um crescimento *per capita* elevado. Esclareceu que, em linhas gerais, o acesso diferenciado ao capital e a poupança se refletia no estoque de máquinas e equipamentos por operários. Enquanto no caso brasileiro um operário tem em média um estoque de máquinas e equipamentos de onze mil dólares, um operário americano tem um estoque de trinta e cinco mil dólares, o que explica em parte a diferença de produtividade e de valor agregado de três para um. Esclareceu que as empresas brasileiras não são de capital intensivo porque não têm acesso a crédito e os juros não são compatíveis com o retorno. Explicou que a situação estava se agravando, pois o País estava ficando para trás também de outros países em desenvolvimento, e que esta afirmação era confirmada pela comparação do investimento feito no ano de 2000, *per capita*, em máquinas e equipamentos, entre México, Brasil e Estados Unidos. O Sr. Bernardini citou que no caso brasileiro o investimento fora de seiscentos e noventa e três dólares por funcionários, abaixo tanto do México, com um investimento de mil e quatrocentos e trinta e dois dólares, como dos Estados Unidos, com seis mil dólares. Em seguida, o Sr. Bernardini questionou a tese veiculada nos primeiros anos do Plano Real de que o País estava se endividando

devido a importação de bens de capital. Os dados da pesquisa da FIESP mostram que isto não reflete a realidade. A importância de bens de capital permaneceu, na análise mais favorável, constante, e o que ocorreu foi uma substituição progressiva de produção nacional por equipamento importado. No início dos anos a relação ao nacional/importado era de três para um, e no final da década a relação nacional/importado era de um para um. Destacou que o BNDES é um dos bancos de desenvolvimento mais importantes do mundo atual e que tem um orçamento crescente ao longo do tempo, mas que a participação da indústria nos desembolsos, que era de três quartos na época em que o Dr. Barros de Castro era Presidente, caiu para 45% em 99, e continua caindo. Concluiu que o Banco, um dos instrumentos de desenvolvimento do País, tem diversificado suas aplicações, o que trás benefício, mas tem diminuído o seu financiamento ao investimento produtivo industrial. Com relação ao financiamento das empresas brasileiras em comparação ao México e Estados Unidos, destacou que as brasileiras se financiam basicamente com recursos próprios, sendo apenas 36% oriundos do mercado acionário. Esclareceu que esses são dados de 99, mas que acredita que a situação atual esteja ainda mais crítica. Destacou que a função das empresas e empreender, investir, mas que esta tarefa tem sido difícil na medida em que usam capital próprio e que, além disso, não ganham dinheiro suficiente para bancar os investimentos. Em síntese destacou que o crédito no Brasil é escasso e caro; o *spread* é elevado devido principalmente à tributação e ineficácia do setor bancário; o setor produtivo tem de disputar os recursos com o governo que paga altas taxas de juros; o mercado de capitais, por outro lado é uma alternativa que não funciona no Brasil e, portanto, a indústria investe com recursos próprios, o que limita bastante a capacidade de seu crescimento. Finalizando, enfatizou que a produtividade está diretamente ligada a inovação, e que os setores que apresentam alta produtividade são os que também registram alta taxa de inovação, ou seja, aqueles que concentram empresas maiores. Em relação ao documento "Mobilização e Informação para a Inovação", o Sr. Bernardini esclareceu que a última versão do mesmo havia melhorado consideravelmente. Afirmou que é realista e consistente, na medida em que propõe um sistema de informações em rede, e busca otimizar competências pré-existentes. Sugeriu que o bloco de informações sobre acesso e uso de instrumentos deve preceder a mobilização. Exaltou o fato de que informação é poder, e que, portanto, o seu acesso deve ser transparente e amigável; neste sentido e necessário explicar a forma de utilização dos instrumentos. Na seqüência, sugeriu que o CGEE tomasse a iniciativa de implementar um grupo de trabalho para viabilizar uma ferramenta de avaliação dos impactos da inovação nas empresas; tal ferramenta é indispensável para o sucesso do sistema brasileiro de inovação na medida em que possibilita melhor seu funcionamento e eficácia e, além disso, a constatação dos resultados é fundamental para que os próprios empresários e os políticos tomem consciência do papel central que a inovação desempenha na economia com transparência. o Sr. Bernardini enfatizou que a mobilização empresarial proposta no documento deve ser feita em estreita cooperação com entidades setoriais ou regionais, e servir como instrumento para impulsionar grupos de trabalhos locais, setoriais ou regionais envolvendo o governo em seus diferentes níveis, setor privado e entidades institucionais ligadas a inovação.

Ao final da exposição, o Sr. Pacheco solicitou à secretaria técnica do FVA o envio do estudo da FIESP sobre competitividade para todos os membros do Comitê. Com relação ao documento "Mobilização e Informação para a Inovação", o Sr. Pacheco recomendou a adoção das sugestões concretas feitas pelo Sr. Bernardini, não são em relação ao título "Serviço de Resposta Técnica", mas também em relação a questão da inclusão de condicionalidades que sirvam de estímulos a outras associações. Aprovado o documento, instrui a Secretaria Técnica para realizar estas modificações. Em seguida o Sr. Suzigan solicitou uma explicação mais detalhada sobre o significado de "Espiral de Juran". Com a palavra, o Sr. Reinaldo Ferraz, do MCT esclareceu que Joseph M. Juran foi um dos integrantes da equipe de W. Shewhart, esse último o verdadeiro 'pai' da moderna concepção da função qualidade baseada em controle estatístico de processos aplicado pela primeira vez na Westem Electric nos EUA em 1924. Informou que a visão de Juran baseia-se na constatação de que a qualidade de um produto vai sendo criada nos distintos departamentos da empresa ao longo do seu ciclo de produção, com o concurso das funções conexas, inclusive as de nível gerencial da alta e média administração, com foco desde os fornecedores até o cliente final; a espiral seria esse processo crescente de agregação de valor, com foco na qualidade. Esclareceu que usou da mesma analogia para retratar que nosso 'Programa de Informação Tecnológica' é um processo de caráter evolutivo onde, num primeiro ciclo, está o Serviço de Respostas Técnicas voltado para o atendimento de forma expedita e customizada de questões técnicas apresentadas pelas empresas. Em continuação, o Sr. Castro observou que o documento está consistente e muito bem feito, e sugeriu que se explicitasse os cronogramas de ações e que informações estarão disponíveis aos usuários.

Dando seqüência aos trabalhos, o Sr. Pacheco solicitou ao Sr. Jorge Ávila que desse início à apresentação do documento "Apoio Direto a Inovação". Com a palavra, o Sr. Ávila ateu-se ao espírito do produto que esta sendo lançado - Apoio Direto a Inovação -, que pode ser pensado como o "guarda-chuva" geral das ações da FINEP para a pequena empresa. Enfatizou que a idéia é atuar em duas fases:

na primeira dever-se-á apoiar, com recursos do SEBRAE e dos fundos setoriais, o desenho de bons projetos de desenvolvimento tecnológico e, preferencialmente, a preparação do plano de media duração das empresas. Na segunda, a Finep considera crédito para a implementação das ações a fundo perdido utilizando os novos instrumentos do FVA. Com relação a forma de organizar o crédito associado a assistência técnica, o Sr. Ávila ressaltou que a FINEP buscou potencializar os efeitos de agregação por meio de uma abordagem mais sistêmica, e observou que a Finep trabalhara com duas formas de agregação: cadeias produtivas e arranjos produtivos locais. Nesse sentido, o Sr. Ávila expôs que, pelo menos, em princípio, as ações organizadas como APLs tenham como fontes de recursos não reembolsáveis o FVA. Por outro lado, a maioria das cadeias produtivas pode ser facilmente associada a um fundo setorial específico, e a Finep e demais parceiros estão submetendo propostas de apoio aos Comitês Gestores desses fundos. O Sr. Ávila ressaltou a importância de reunir as empresas e os demais atores que possam contribuir no planejamento e/ou execução das ações em cadeias produtivas para desenhar ações integradas que produzam um ambiente mais completo de suporte à inovação. O Sr. Ávila complementou esta observação ressaltando que o PDTA funcionará como uma ferramenta fundamental de promoção da inovação nas micro e pequenas empresas, e que espera-se que a associação de crédito a assistência técnica possa permitir a alavancagem da inovação na pequena empresa, articulada em cadeias produtivas ou arranjos locais.

O Sr. Pacheco agradeceu a contribuição das pessoas envolvidas na elaboração do documento, destacando que o esforço tenha sido válido e que todos os documentos haviam apresentado melhoras notáveis.

Com a palavra, o Sr. Bernardini fez três observações. A primeira referiu-se aos recursos e elegibilidade, onde serão considerados os critérios de classificação das MPME's constantes do Mercosul - Resolução/GMC n. 59/98, de 8 de dezembro de 1998. Segundo o Sr. Bernardini, como esses valores estão defasados, deve-se adotar o exemplo do BNDES, que aumentou esses valores, e o utilizar um gatilho automático. Esclareceu que o critério atual estimula o congelamento da empresa, muitas vezes de forma espúria, a pulverização dos recursos e a abertura de mais uma micro só para não passar do limite. A segunda observação refere-se ao ambiente, mencionado previamente, e o terceiro aspecto diz respeito às intervenções nos arranjos produtivos locais, onde enfatizou que estas não devem ser feitas unilateralmente pelo MCT, FINEP ou SEBRAE, mas que o ideal seria construir uma intervenção com parcerias, somando os esforços para cobrir todas as necessidades do cluster. Insistiu que não se deve focar apenas na tecnologia e na inovação, mas em todo a gama de fatores responsáveis pela competitividade da empresa e dos *clusters*. O Sr. Bernardini esclareceu que a pré-escolha seria feita não só levando em consideração o apoio financeiro, mas o movimento de lideranças locais, a garantia do número mínimo de empresas empenhadas e a intervenção que tem de ser multidisciplinar e coordenada, indo desde do crédito, agente, mudança de mentalidade, plataforma tecnológica, identificação de gargalos, foco no mercado, inserção intencional, dentre outros. Portanto, esclareceu que antecipando o assunto que o Sr. Suzigan iria tratar em seguida ao comentar os arranjos produtivos locais, é fundamental que o Comitê Gestor do FVA explicita a necessidade, até mesmo como pré-requisito para aprovação, de que as ações sejam coordenadas e que não sejam exclusivamente ações de plataformas tecnológicas. O Sr. Pacheco expôs a experiência do Ministério em reunir todos os atores envolvidos nessas plataformas tecnológicas. Embora a preocupação central seja a inovação tecnológica, essas reuniões servem para mapear o conjunto de necessidades de determinado *cluster* ou arranjo produtivo, e revelam enorme potencial para cooperação entre várias instituições. O Sr. Pacheco esclareceu que diante do conjunto de demandas existentes, o recurso do fundo não é suficiente, daí a necessidade de se envolver o BNDES, o SEBRAE, entre outros atores. Concluiu afirmando que o sucesso desta ação depende de um forte envolvimento do Ministério nessas reuniões e, fundamentalmente, do envolvimento dos atores locais; da capacidade que eles possuem de organizar e superar, muitas vezes, a dificuldade de entendimento entre as próprias empresas, haja vista que, frequentemente, elas só se vêem como concorrentes e não desenvolvem o lado da cooperação.

Com a palavra, o Sr. Guarita chamou a atenção dos Membros para as várias formas de se ver este programa, sendo uma delas através de duas linhas de ação - assistência técnica e financiamento. Complementando, o Sr. Alvim manifestou que entende e concorda com a necessidade de integrar as ações de assistência, financiamento e do conjunto agentes, mas expôs uma preocupação em relação à caracterização do financiamento e ao seu foco em desenvolvimento tecnológico e inovação. Esclareceu que no documento está especificado que apenas as empresas que optarem por elaborar seu PDTI (Programa de Desenvolvimento Tecnológico Industrial) ou PDTA (Programa de Desenvolvimento Tecnológico Agropecuário) poderão se beneficiar dos instrumentos de financiamento; contudo, de acordo com o Sr. Alvim, existem outros instrumentos de financiamentos que o mesmo julga necessário incluir no PDTA. O Sr. Ávila esclareceu que o PDTA não excluía qualquer possibilidade de apoio às micro e pequenas empresas, e que o estímulo para a elaboração do PDTI/PDTA visa a contribuir para que as

empresas definam, de forma mais clara, seus objetivos e estratégias de curto e médio prazo. Chamou a atenção dos presentes sobre as vantagens no enquadramento do PDTI, em particular a possibilidade de utilização integral dos instrumentos do sistema. Destacou que o mais importante é o PDTI coletivo, cuja idéia combina bem com uma ação integrada em arranjos produtivos locais ou em cadeias produtivas. Destacou que o enquadramento do PDTI vai significar uma autorização global e automática de alocação, por parte do agente financeiro autorizado, dos recursos da FINEP e do SEBRAE para financiar todos os projetos ali contidos, ou seja, a empresa vê-se livre da análise de mérito a cada projeto que ela queira financiar. O Sr. Ávila sugeriu que sejam estabelecidos alguns critérios democráticos para melhor premiar projetos que venham a ser financiados, que tenham melhor desempenho, que tenham uma parte da sua dívida amortizada via subvenção. De acordo com o Sr. Ávila não é necessário forçar a integração de instrumentos, haja vista que qualquer empresa apreciaria ter uma parte de sua dívida amortizada por uma subvenção. O Sr. Pacheco consultou os presentes se todos estavam de acordo, e o documento, com as modificações sugeridas, foi aprovado. Prosseguindo solicitou ao Sr. Suzigan que apresentasse o documento Arranjos Produtivos Locais.

Com a palavra o Sr. Suzigan expôs que o documento refletia fielmente o trabalho desenvolvido durante a discussão no grupo técnico encarregado de revisar o documento anterior. O documento está mais objetivo e contextualiza bem a idéia dos arranjos produtivos locais, estabelecendo claramente quais são os objetivos gerais e específicos, e as linhas de ação a serem adotadas. Neste formato, o Sr. Suzigan considera que o documento poderia ser encaminhado para aprovação sem qualquer alteração. Dando prosseguimento, o Sr. Suzigan fez uma observação a respeito dos critérios de seleção dos arranjos produtivos e dos indicadores do nível de consolidação dos mesmos. Destacou que, aparentemente, os critérios que vem sendo utilizados estão bastante genéricos, deixando margens para o enquadramento de qualquer arranjo produtivo. Sugeriu então a necessidade de uma metodologia mais sólida para análise e enquadramento dos arranjos, que poderia definir alguma tipologia para facilitar a seleção dos arranjos que seriam apoiados. Esclareceu que existem casos que não são viáveis, e que não se justificaria intervir por meio de ações como as previstas no programa Arranjos Produtivos Locais. Em muitos casos, as empresas não investem em tecnologia e nem têm a intenção de fazê-lo, e que seria impróprio colocar, de maneira artificial, a inovação como prioridade. Como os recursos humanos e financeiros não são suficientes para atender e atuar em todos os locais, é importante concentrar os esforços nos casos com maior potencial e onde a ação do sistema de CT&I pode de fato dar uma contribuição positiva, fazer a diferença. Ressaltou a importância de se pensar em uma tipologia que possa ser utilizada como ponto de partida para uma metodologia de seleção de arranjos produtivos.

Com relação aos indicadores do nível de consolidação dos arranjos, o Sr. Suzigan ressaltou a necessidade, também, de uma metodologia detalhando alguns critérios de caracterização dos sistemas produtivos, e para tanto sugeriu que o Comitê solicitasse a Secretaria Técnica que interagisse com a FINEP no sentido de desenvolver essa metodologia. Prosseguindo o Sr. Suzigan apresentou um trabalho que faz parte de um projeto de pesquisa mais amplo, do qual é coordenador, e que conta com a participação da UNICAMP, USP e UNESP. Ressaltou que no referido trabalho a caracterização de sistemas locais de produção é proposta em dois níveis, sendo um nível mais agregado do sistema como um todo, onde se tenta verificar desde a extensão territorial, onde é importante saber qual é o limite ou quais são as áreas do entorno do sistema produtivo local ou do arranjo produtivo local que são importantes de serem articuladas (ponto presente no documento) até o ponto de vista institucional, a história, a evolução, a organização institucional presente, a estrutura de produção, ponto esse importante e que não está presente na caracterização dos sistemas produtivos. Para complementar, enfatizou que em um plano menos agregado, seria necessário conhecer um pouco mais o nível micro, ou seja, as empresas, quais são os produtos principais, os canais de comercialização que são utilizados, o que diferencia o produto da empresa, como é que se dá o desenvolvimento de produtos, se a empresa tem ou não um departamento de P&D. Todo esse levantamento tem a finalidade de identificar quais são os segmentos de empresas que são mais carentes em termos das ações do programa de arranjos produtivos locais, visando ao desenvolvimento local, à maior atividade voltada para desenvolvimento de produtos e incorporação de conhecimento tecnológico. Ressaltou que, de um modo geral, tudo o que foi apresentado poderia ajudar na implementação da operacionalização do programa de Arranjos Produtivos Locais. Onde a identificação dos arranjos fosse feita de forma mais rigorosa e metodológica, e uma vez identificada, estatisticamente, deveria ser feito um trabalho de avaliação do sistema e das empresas que o compõem e a partir daí se orientaria as ações. O Sr. Pacheco observou a pertinência de todas as colocações feitas pelo Sr. Suzigan e recomendou que a FINEP, a Assessoria de Assuntos Regionais, o CNPq e CGEE avaliassem essa questão metodológica, levando em conta as discussões no âmbito do Comitê Gestor e a necessidade de uma ação mais pró-ativa que vão além da negociação com relação às demandas dos Estados e dos outros atores. A idéia é já chegar aos Estados para negociar com as informações e possíveis arranjos mapeados, e estabelecer as negociações com base em prioridades e potencialidades levantadas por esses exercícios prévios. Nesse sentido o Sr. Pacheco informou que foi

contratado um trabalho que tem, precisamente, o objetivo de fazer essa identificação. Neste trabalho esta sendo feito um pool de instituições e pesquisadores com a coordenação da UNICAMP e servira de suporte as decisões e negociações. Reforçou, também, a necessidade de que os projetos que estão sendo financiados sejam bem documentados do ponto de vista de sua trajetória e do respectivo processo, de modo que sirvam de referencia para os futuros gestores que assumirão o MCT e suas agencias.

O Sr. Ávila enfatizou a proposta do Sr. Suzigan de se ter uma metodologia para seleção dos arranjos, onde se conclui que este possa ser um passo importante e, que para tanto, o Comitê poderia articular o próprio Sr. Bernardini. Com a palavra o Sr. Mascarenhas fez referência ao item 5 do documento - Estratégia de Atuação, onde, na página 5, o texto dá a idéia de que os programas só serão implementados numa parceria entre o MCT e os governos estaduais. Restrição desnecessária na medida em que muitas outras instituições podem contribuir neste Programa. o Sr. Pacheco propôs revisão da redação, pois não era essa a intenção do MCT. Trata-se apenas do pontapé inicial dado pelo MCT e Governos Estaduais. Finalizando também sugeriu que fosse recolhido o material apresentado pelo Sr. Suzigan para servir de auxilio na elaboração do documento que esta em curso, e que fossem tomadas providencias para uma avaliação conjunta desta metodologia.

Em seguida o Sr. Pacheco passou para o próximo ponto da pauta, dando início a sua apresentação. Observou que na exposição utilizaria também material não contido nos slides distribuídos aos Membros. A apresentação do Sr. Pacheco teve como foco os "Novos instrumentos de apoio a inovação". Esclareceu que a Lei n.o 8.661, que esteve em pleno vigor ate 1997, previa cerca de seis tipos de incentivos, dos quais o mais importante era a redução do imposto de renda que permitia abater do imposto de renda as despesas com P&D, próprias ou contratadas, onde inicialmente o abatimento era de 8%, tendo sido reduzido para 4% em 1997. Segundo o Sr. Pacheco, um dos pontos mais relevantes a serem considerados, consiste no fato de que este conjunto de incentivos formam a base da construção do PDTI e do PDT A, tornando-os pouco atrativos para o setor privado, sobretudo quando se trata da pequena empresa, as quais contam com outros incentivos mais simples para reduzir a carga fiscal e alem disso já tem menos impostos a pagar. Por isso, o PDTI e o PDTA sempre foram muito mais atrativos para a grande empresa que têm imposto de renda a pagar e a recolher. O Sr. Pacheco observou que entre os novos instrumentos recentemente aprovados, um dos mais representativos, do ponto de vista dos incentivos a P&D, é a nova Lei de Informática, que implica em uma renúncia fiscal anual de um bilhão e meio de reais, dados os valores atuais de IPI praticados no setor de telecomunicações e informática.

Na seqüência, o Sr. Pacheco direcionou a sua apresentação para tratar dos instrumentos relacionados aos incentivos/instrumentos fiscais, dando ênfase a Lei 10.332, que corresponde a natureza do FVA, e que cria um conjunto de incentivos expressos na própria lei, tais como: (i) equalização financeira nos financiamentos a inovação tecnológica da FINEP; (ii) participação minoritária no capital de MPE de base tecnológica e fundos de investimento, através da FINEP; (iii) Concessão de subvenção econômica a empresas com PDTI/PDTA (lei n.o 8.661/93) e; (Vi) reserva técnica visando a liquidez dos investimentos privados em fundos de investimentos em empresas de base tecnológica, por intermedio da FINEP. Nesse sentido, o Sr. Pacheco destacou que a referida lei faz uma menção de que a subvenção ao PDTI e de ate 50% dos investimentos realizados, e que a regulamentação vai definir os limites máximos admissíveis para a equalização, participação no capital e produção de reserva técnica.

O Sr. Pacheco destacou que a própria lei, ao explicitar que deve ser dada prioridade a inovação, a agregação de valor e ao aumento da competitividade no setor privado, esta definindo parâmetros para sua regulamentação. Na seqüência o Sr Pacheco fez referencia ao Decreto 4.195/2002 que regulamenta a lei 10.332/2001, no qual consta como atribuição do Comitê Gestor do FVA "definir as diretrizes que orientarão as propostas a serem elaboradas pela Câmara Técnica de políticas de incentivos a inovação de que trata o art.11 desse decreto". Explicou que o Regulamento criou uma Câmara Técnica de Incentivo a Inovação, cujo papel e operacionalizar as diretrizes definidas pelo Comitê Gestor do VA e aprovadas pelo Ministro. Esclareceu que a Câmara Técnica e integrada pelos Secretários do MCT que lidam diretamente com o setor empresarial - Secretaria de Política Tecnológica Empresarial - SEPTe e Secretaria de Política de Informática - SEPIN - e pelo Presidente da FINEP, agencia responsável pela promoção da inovação e pela operacionalização de política, seja via credito, seja via fomento a fundo perdido. Destacou a importância da Câmara Técnica para o manejo dos novos instrumentos e incentivos fiscais de apoio a inovação. Após finalizar algumas observações acerca do Decreto 4.195/2002, o Sr. Pacheco salientou os novos instrumentos instituídos pela lei n. 10.332/2001, mais especificamente as três ações relacionadas ao orçamento de 2003: equalização no financiamento, capital de risco e participação, e subvenção (PDTI/PDTA). Enfatizou que após a aprovação da lei 10.332 em dezembro de 2001, e após a sua regulamentação em abril, outro episódio muito importante foi a aprovação da suplementação para 2002 no Congresso Nacional em julho. o Sr. Pacheco ressaltou a importância deste fato pois, antes disso, não havia meios de colocar certas ações em pratica na medida em que, como se

trata de subvenção e transferência direta de recursos do orçamento fiscal para ao setor privado, a lei de Responsabilidade Fiscal exige que esses recursos tem que estar expressos no orçamento. Diante disso, o Sr. Pacheco salientou que a regulamentação e suplementação orçamentária permitiram incluir essas novas ações no âmbito do FNDCT.

O Sr. Pacheco citou a previsão para 2004/2009 (variando de R\$ 171 milhões em 2004 ate R\$ 417 milhões em 2009). Apesar de haver uma reserva de contingência nos fundos setoriais no orçamento de 2003, deu ênfase ao fato de todo o recurso da renúncia da informática ter sido destinado ao FVA, pois isto deve balizar a conduta da Secretaria de Orçamentos e Finanças para os próximos anos. Ainda sobre esse aspecto, o Sr. Pacheco ressaltou que segundo avaliação da FINEP sobre a atual carteira de credito, os recursos disponíveis serão suficientes para equalizar toda a demanda nova de credito da agencia. o Sr. Pacheco afirmou que a carteira de credito esta em franca recuperação e que ha um volume razoável de empréstimos a ser concedido ainda no ultimo trimestre do ano corrente. Diante disso, o Sr. Pacheco se questionou como seria possível com recursos relativamente pequenos atender a uma demanda de credito relativamente grande e em expansão. Explicou que a "mágica" e equalizar apenas o prêmio de risco TJLP. Ressaltou que para colocar em operação o instrumento da equalização da taxa de juros, e fundamental uma portaria do Ministro convocando uma reunião da Câmara Técnica para discutir as regras da equalização com base nas diretrizes emitidas pelo Comitê Gestor do FVA. Explicou que se pode equalizar a parcela da TJLP (denominada prêmio de risco) e o spread variável (risco de credito) praticado pela FINEP. Todavia, fez menção ao fato de que no momento não se imagina fazer a equalização de ambos, e que o nível efetivo ira depender da combinação de volume de recursos fiscais e da demanda de credito. Ademais, destacou que a Câmara Técnica terá que se reunir trimestralmente, verificando a demanda por credito, a condição contábil do fundo e o seu comprometimento para ressarcir o capital da empresa FINEP, considerando o prazo médio de financiamento que ela tem em carteira já contratada com juro equalizado, para então decidir, em cada trimestre, qual a taxa praticada a ser praticada no período. Face a isso, o Sr. Pacheco enfatizou que a discussão em pauta deva ser dirigida com vistas ao estabelecimento de prioridades para a equalização de juros no que se refere ao aumento de exportação, ou substituição de importação, ao aumento nas atividades de P&D, a relevância regional ou em arranjos produtivos locais, ao adensamento tecnológico e de cadeias produtivas, parceria com universidades e outras empresas, empresas emergentes de base tecnológica . Apesar da vasta lista de prioridades, o Sr. Pacheco salientou que ela atende as questões centrais que tem sido discutidas no âmbito do Comitê, e as prioridades que tem sido acordadas e que dizem respeito ao comercio exterior, a performance em P&D das empresas ou dos Arranjos Produtivos Locais, o adensamento tecnológico e de cadeias produtivas, a parceria com universidades e/ou outras empresas e, empresas emergentes de base tecnológica . Ressaltou ainda que as linhas equalizadas são apenas para gastos em pesquisas de desenvolvimento das empresas, ou seja, não são para giro, e tampouco para outros instrumentos, são exclusivamente para o esforço de inovação das empresas. o Sr. Pacheco ressaltou que os requisitos para o acesso a equalização são basicamente a adimplência com tributos e contribuições federais, adimplência com a CIDE do FVA, a adimplência com a FINEP e a exigência de se manter adimplente. Outro ponto destacado pelo Sr. Pacheco, menciona que a parcela da equalização que precisa ser contabilizada refere-se exclusivamente ao desembolso de caixa que a FINEP devera fazer este ano, ou seja, ela é relativamente pequena para atender uma boa carteira de credito. Na seqüência, o Sr. Pacheco lembrou que foi elaborada uma regulamentação para a subvenção que segue basicamente as mesmas prioridades, com relação a exportação, a substituição de importação, a performance crescente em P&D etc, de modo que a idéia e regulamentar a subvenção, colocar em funcionamento a equalização e regulamentar a questão do capital de risco. Todavia, o Sr. Pacheco ressaltou a necessidade de outras ampliações de limite de gastos ate o final do ano, mesmo que estas não permitam, pela falta de tempo, aplicar esses instrumentos ainda em 2002. Neste caso, o Sr. Pacheco destacou o quão fundamental e, dado o contexto, deixar a regulamentação desses instrumentos pronta e concentrar os esforços na equalização que pode estar funcionando em poucos dias, tendo em vista que criara uma sistemática que, segundo a avaliação do próprio Sr. Pacheco, não tem retorno, pois o orçamento fiscal para 2003 esta assegurado.

Após essas colocações finais, o Sr. Castro tomou a palavra, e salientou a necessidade, e a convergência de opiniões dos membros do Comitê, de tomar como prioridade absoluta o aumento da exportação e a substituição da importação, mas questionou em que medida esses novos instrumentos serão capazes de promover decisões. Face a esta colocação do Sr. Castro, o Sr. Pacheco disse que considera importante este conjunto de instrumentos pois ainda que haja um numero considerável de instrumentos já disponíveis, não existe outro instrumento de credito para a área de P&D com essa característica em outras agencias financeiras, e lembrou que mesmo o BNDES, o PROEX e outras ações do BNDES não tem o mesmo foco. o Sr. Pacheco observou que hoje ha uma carteira de consultas previas e solicitações de financiamento em avaliação ontem a na FINEP, que revelam o potencial desta linha de financiamento para reforçar as decisões de promover exportações e substituição de importações.

Em seguida o Sr. Pacheco ressaltou que há um portfólio de projetos excepcionalmente bons para financiar P&D para quem tiver performance crescente em inovação no Brasil e conseguir novos mercados ou substituir importações. Destacou que o PROEX lida apenas com exportação, e que as linhas do BNDES estão muito focadas no financiamento do comércio em virtude da crise. O financiamento da FINEP, em combinação com os instrumentos do BNDES, poderão ter um caráter mais estrutural e de médio e longo prazo. Neste interim, o Sr. Castro retomou a palavra e questionou o Sr. Pacheco sobre a eficácia do novo instrumento, mesmo como complemento de outras linhas de financiamento, para determinar e modificar a decisão das empresas. Em resposta, o Sr. Pacheco afirmou que a eficácia dependeria muito do patamar da equalização, pois algumas das grandes empresas que poderiam se beneficiar das vantagens têm acesso a créditos a taxas muito razoáveis no mercado interm acional. Assim, o Sr. Pacheco ressaltou dependeria muito de quanta será equalizado, e da estrutura da empresa, do seu mercado e do seu acesso a financiamentos interm acionais a custo muito baixo. Segundo o Sr. Pacheco o instrumento só será atrativo se o volume da equalização for razoável. Ressaltou, também, que a FINEP teve no passado uma dificuldade muito grande de acessar a carteira de clientes classe A em função do custo do crédito, pois são empresas que muitas vezes não têm interesse de operar com a FINEP por terem acesso a outras fontes de financiamento. Entretanto, destacou que houve uma expectativa muito grande com relação a esses novos instrumentos, e as empresas vêm demonstrando um grande interesse nessa linha.

Em seguida, o Sr. Mascarenhas solicitou a palavra, e fez menção a importância da exportação para o País. Destacou que nem todo o esforço tem sido suficiente para colocar a exportação como prioridade, pois muitas coisas ainda não conseguiram sair do mero discurso. Assim, o Sr. Mascarenhas enfatizou que o fundamental é ter em mente que o Brasil precisa de instrumentos que sinalizem de fato em prol da substituição de importações e do aumento das exportações, e que os novos instrumentos poderiam contribuir nesta direção. Com a palavra, o Sr. Pacheco esclareceu que essas prioridades (aumento da exportação ou substituição de importações, aumento nas atividades de P&D, relevância regional ou em arranjos produtivos locais, adensamento tecnológico e cadeias produtivas, parceria com universidade e/ou outras empresas e, empresas emergentes de base tecnológica) resultaram de discussões ontem e nas várias áreas que compõem o MCT e FINEP, e que refletem prioridades da política econômica e do País. Ressaltou também que os instrumentos podem ser acoplados às principais linhas operacionais da FINEP e mesmo do BNDES, desde que o foco seja P&D.

Em seguida, o Sr. Pacheco enfatizou o quanto importante é a Câmara Técnica aprimorar esses mecanismos a partir da experiência de colocar em prática o funcionamento desses novos instrumentos. Na sequência o Sr. Guarita salientou que a ideia de prioridade não combina muito com a ideia de ajuste entre equalização e demanda; explicou que deve-se evitar o risco de não priorizar e para atender toda a demanda, diminuir a equalização. Observou que do ponto de vista da FINEP, quanto menos variar esta equalização, melhor será. Por fim, observou que o período proposto (trimestral) é complicado quando se refere ao gerenciamento na relação FINEP/empresa. O Sr. Pacheco retomou a palavra e afirmou que integrantes da FINEP e da Secretaria do MCT trabalharam juntos durante três meses em uma minuta que buscou atender as necessidades das diversas áreas operacionais. Destacou ser fundamental estabelecer um calendário de reuniões da Câmara Técnica e as taxas a serem praticadas no período, e que é muito importante dar publicidade a este tipo de informação, sobretudo para que as empresas, tomem conhecimento acerca das linhas de créditos disponíveis e se programem com calma para acessá-las.

Outro ponto ressaltado pelo Sr. Pacheco refere-se ao papel da Câmara Técnica, que a partir das informações da FINEP, poderá definir o nível de equalização compatível com a carteira. Explicitou a necessidade de se fazer um *funding* adequado na FINEP. Inicialmente a proposta girava em torno de trezentos milhões de reais, que eram do fundo, para empréstimos à FINEP. Todavia, neste momento, discute-se no Banco Central do Brasil a possibilidade de que se reconheça a FINEP enquanto instituição financeira. Isso possibilitaria dar força, maior estabilidade e solidez à FINEP, além de permitir a ela fazer outros *fundings*. Em suma, esta iniciativa possibilitaria à FINEP, além de colocá-la sob uma importante governança, operar com uma boa linha de crédito. O Sr. Suzigan solicitou a palavra e questionou sobre qual a expectativa de *gap* entre oferta e demanda, e sobretudo como utilizar as prioridades para fazer a alocação dos recursos. Ao tomar a palavra, o Sr. Pacheco informou que foi feito um orçamento de trinta e cinco milhões de reais para o ano de 2003, para a subvenção, imaginando uma trajetória de demanda de crédito da FINEP que atingiria mais ou menos oitocentos milhões, podendo chegar a dois bilhões em cinco ou seis anos. Enfatizou que esses trinta e cinco milhões são suficientes para equalizar a carteira de crédito em cima do prêmio de risco TJLP, com uma demanda por crédito de oitocentos milhões de reais anual, podendo crescer até os dois bilhões anteriormente mencionados. Fez referência ao fato de que a FINEP, nos melhores momentos, chegou a fazer crédito de quatrocentos milhões de reais por ano, porém era um crédito bastante complicado, pois envolvia muito capital de giro de empresas que nem sempre

apresentavam um bom histórico de crédito. Nos últimos anos, os financiamentos foram em torno de menos de duzentos milhões de reais por ano. Neste ano dever-se-á financiar algo próximo a quatrocentos a quinhentos milhões de reais, em função da equalização. O Sr. Alvim perguntou se a equalização era fixa por empresa, ou seja, uma vez contratado o financiamento com um determinado nível de equalização, ela assim permaneceria até o fim do contrato. Observou que uma equalização flexível seria um instrumento muito fraco para a empresa, inclusive devido a possibilidade de redução do incentivo. O Sr. Ávila esclareceu que o nível seria mantido durante todo o contrato, e que no caso de uma melhora substancial das condições de financiamento poderia valer a pena para algumas empresas liquidar antecipadamente o contrato e fazer um novo. Esclareceu que este ano é um cenário previsível, pois as condições de financiamento devem melhorar lentamente nos próximos anos, e que o aumento da demanda de crédito equalizado não deixaria muita margem para elevar de forma significativa o nível de equalização. Em seguida o Sr. Pacheco submeteu ao Comitê o pedido para publicar e colocar em prática as portarias discutidas. Explicou tratar-se de medida de urgência, tendo em vista que o recurso fiscal está disponível para ser utilizado, o que permite a FINEP, em função disso, equalizar as operações deste último trimestre. Após a redação das portarias específicas o próprio Sr. Pacheco se encarregou de fazer uma divulgação aos membros do Comitê. Ressaltou que se tratam de três portarias que regulamentam cada um dos critérios de subvenção, equalização e capital de risco. O Sr. Pacheco observou que a ideia era aproveitar o dia do Prêmio FINEP para fazer a divulgação da entrada em operação dos novos instrumentos. O Comitê aprovou por unanimidade a decisão de concentrar os recursos na equalização, e o Sr. Pacheco comprometeu-se a apresentar as portarias e um primeiro balanço das operações na próxima reunião do Comitê, a ser realizada ainda no ano corrente. Nos últimos momentos da reunião, o Sr. Pacheco pediu desculpas aos membros presentes e particularmente a CNI, cuja apresentação havia sido prejudicada pela falta de tempo. Pediu ao Sr. Buainain para reprogramar a apresentação para a próxima reunião. Com a manifestação positiva de todos os presentes, o Sr. Suzigan sugeriu que a referida apresentação pudesse ocorrer no mesmo evento em que se apresentaria a exposição do estudo sobre competitividade promovido pela FIESP, que poderia ocorrer no próprio MCT. Estando todos de acordo, o Sr. Pacheco agradeceu a presença de todos, mais uma vez pediu desculpas aos presentes pela falta de tempo e pelo excesso de tempo gasto em cada apresentação, que acabou resultando na impossibilidade da apresentação da CNI. Ao encerrar a reunião, o Sr. Pacheco fez menção à aprovação das diretrizes apresentadas, possibilitando a efetiva consolidação das portarias. Ressaltou, por fim, que não iria agendar a próxima reunião devido ao baixo quorum, delegando esta tarefa para a secretaria técnica do FVA.